

O ESTANDARTE QUE NUNCA SE ABATEU*

GUILHERME MATTOS DE ABREU**
Contra-Almirante (RM1)

Quem ingressa no Museu da Escola Naval, em Villegagnon, avista, junto à entrada, o belíssimo Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinhas, réplica daquele utilizado pela Escola Naval portuguesa até o fim da monarquia (1910)***.^{I,II} Mas este não é o primeiro estandarte da Companhia. O primitivo estandarte (ou bandeira) teria chegado ao Brasil em 1809 ou 1810, trazido de Lisboa pela Charrua *São João Magnânimo*^{III}, pois ficara na sede da Academia Real de Guardas-Marinha quando esta

acompanhou a Família Real portuguesa por ocasião de sua partida para o Rio de Janeiro, em 1807. O exemplar original guarda curiosa história, pouco conhecida.

Era confeccionado em damasco^{IV} de seda lavrada – um tecido nobre. Sua cor era o carmesim – vermelho forte, brilhante e intenso –, adotado nos estandartes reais desde o tempo de D. João V (1689-1750). Um registro de 1719^V apontava: “...o Estandarte Real he de seda e bordado de ouro: tem de huma banda as armas do Reyno e

* Versão atualizada de artigo originalmente publicado na *Revista de Villegagnon*, número 6, de 2011.

** Foi declarado guarda-marinha em 1974 e promovido a contra-almirante em 2004. Exerceu os comandos do Navio-Patrolha *Pirajá*, da Corveta *Bahiana*, do Colégio Naval, do Primeiro Esquadrão de Corvetas e, como almirante, da 2ª Divisão da Esquadra. Foi subchefe de Operações do Comando de Operações Navais, assistente do Comando da Escola Superior de Guerra e diretor do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia daquela Escola. É membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Deixou o Serviço Ativo da Marinha em abril de 2008.

*** Este artigo apresenta transcrições de documentos de diversas épocas, portanto com diferentes grafias. “Companhia dos Guardas-Marinha”, por exemplo, aparecerá também grafada como: “Companhia dos Guardas-Marinhas”, “Companhia de Guardas-Marinhas” e “Companhia dos Guardas Marinhas”. A expressão “Guardas-Marinha”, preferida pelo autor, também foi empregada.

Nossa Senhora da Conceição da outra;...””. A presença da imagem de Nossa Senhora da Conceição justificava-se por ser a Padroeira do Reino, instituída por uma provisão de 25 de março de 1646.

Esta descrição básica aplica-se ao estandarte original da Companhia dos Guardas-Marinha: vermelho vivo, tendo, em uma face, a imagem de Nossa Senhora da Conceição pintada a óleo e, na outra, as armas do Reino. Confeccionado com diversas peças de seda costuradas entre si e cortadas de modo a formar figuras geométricas, tinha de altura 126 cm e largura irregular, variando de 110 a 113 cm. Uma dessas figuras era uma grande estrela de quatro pontas, tocando os vértices a meio dos lados do retângulo. Em uma face, centrava esta estrela um disco também de seda, de 55 cm de diâmetro, onde estava pintada a óleo a imagem da Virgem. Um sol, dardejando raios, fazia fundo à imagem.

No verso, também pintado no centro, o escudo nacional, com o desenho em vigor no final do século XVIII, à época da criação da Companhia. De um e de outro lado do escudo, havia troféus, lanças e espadas, pousando o escudo e troféus sobre o casco de uma nau do século XVIII. Por baixo das armas do Reino, uma fita com a inscrição “Companhia dos Guardas Marinhas” e, inferiormente, duas âncoras cruzadas. Em toda a periferia, corria uma silva florida pintada a ouro. Nos dois cantos junto à tralha, viam-se as letras MPR entrelaçadas, significando “Maria Primeira Rainha”, encimadas pela Coroa Real.

A Companhia dos Guardas-Marinha foi criada pela Rainha D. Maria I por decreto de 14 de dezembro de 1782. Os guardas-marinha passaram a fazer os seus estudos na Academia Real dos Guardas-Marinhas, que começou a existir juntamente com a citada Companhia. O estandarte foi confeccionado em data desconhecida. Uma ordem do Almirantado

português, datada de 31 de janeiro de 1801, a ele se referia quanto ao procedimento de continência a ser prestada pela Companhia:

Considerando como Estandarte a denominada bandeira da Companhia, ela só se deve desenrolar estando presente qualquer pessoa Real.

Era, portanto, a Bandeira da Companhia também um Estandarte Real. Essa primeira bandeira ou estandarte seguiria para o Rio de Janeiro após a Academia ter se transferido para esta cidade.

Chegando ao Brasil, a Academia instalou-se no Mosteiro de São Bento. Entretanto, cerca de quatro anos após o regresso da Família Real a Lisboa, foi reorganizada e instalada em sua antiga sede – Sala do Risco e anexos –, no Arsenal Real de Marinha, Lisboa (29 de março de 1825). Mas a Academia, que mais tarde se tornaria a Escola Naval brasileira, continuou funcionando no Rio de Janeiro, com a denominação de Academia Imperial de Guardas-Marinhas.

Os registros conhecidos dessa época não apontam qualquer notícia particular sobre a Bandeira, podendo-se afirmar que esta não regressou do Brasil, visto que, em 25 de junho de 1825, o ministro da Marinha portuguesa, Joaquim José Monteiro Tôrres, expediu ao comandante da Companhia, Capitão-Tenente João de Fontes Pereira de Melo, um ofício onde se lê:

Sendo presente a sua Majestade o ofício de Vossa Mercê em data de 16 do corrente e os quisitos a ele juntos, que versão sobre algumas dúvidas que Vossa Mercê encontra no Regulamento dos Guardas-Marinhas: He o mesmo Senhor servido Determinar...

5. Finalmente quanto à Companhia ter bandeira e tambor uniforme particular, que se observe o mesmo que se praticava com a antecedente Companhia de Guardas-Marinhas.



O segundo Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinhas, concebido em 1846

Em 23 de abril de 1845, a Academia Real dos Guardas-Marinhas passou a denominar-se Escola Naval, por ato da Rainha D. Maria II (brasileira, filha de D. Pedro I, Imperador do Brasil, e também D. Pedro IV, Rei de Portugal). Um novo estandarte, bordado pela própria rainha, foi confeccionado, havendo registro de que foi utilizado por ocasião da apresentação do Infante D. Luis^{VI}, Duque do Porto, à Companhia dos Guardas-Marinhas, em 29 de outubro de 1846.

Este estandarte seguiu, em linhas gerais, a concepção da primitiva bandeira da Companhia. As diferenças mais substanciais estão relacionadas à face do escudo das armas nacionais, compatível com o adotado no século XIX, à época de D. Pedro IV. O escudo descansa sobre duas âncoras cruzadas, as quais se assentam sobre dois grandes ramos de louro. Na parte inferior do escudo divide-se, para cada lado, uma fita onde se lê “Comp^a de GG. MM”. Entre as duas partes da fita e as unhas inferiores das âncoras está a Cruz de Cristo pendente. Em uma e outra face da Bandeira, os quatro cantos apresentam duas âncoras cruzadas sobrepujadas pela Coroa Real e cercadas de ramos de carvalho. Na outra face, em

um medalhão oval de cetim branco, está pintada a óleo a imagem da Virgem, de mãos postas. O talabarte era em veludo carmesim bordado.

Mas eis que o estandarte original reaparece!

Em 1872, o comandante do Transporte a Vapor *Quelimane*, Segundo-Tenente Augusto de Castilho, localizou o desaparecido estandarte entre as alfaias da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, na Vila de Quelimane, Moçambique, e providenciou o seu resgate e retorno a Portugal. O estandarte, segundo informação local, estaria em Quelimane desde 1834, ignorando-se como ali chegara.

Augusto de Castilho enviou a bandeira para Lisboa em 23 de novembro de 1872, como se constata do documento a seguir:

Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor

Tenho a honra de fazer passar às mãos de V. Ex^{ta} uma bandeira velha da Companhia de Guardas-Marinhas que por acaso obtive em Quelimane das Alfaias da igreja de Nossa Senhora do Livramento como V. Ex^{ta} verá pela correspondência que por cópia remeto. Confiado que a posse de um tão precioso objecto deve causar um verdadeiro jú-



A Igreja de Nossa Senhora do Livramento, atualmente conhecida como Catedral Velha, em Quelimane, Moçambique, onde, em 1872, foi encontrado o Estandarte extraviado

(foto: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/05/07/a-igreja-de-nossa-senhora-do-livramento-em-quelimane-2012/>.)

bilo a V. Ex^a e à Companhia felicito-me por lho haver proporcionado fazendo votos para que nunca jamais se torne a extraviar uma tão respeitável relíquia. Deus Guarde a V. Ex^a.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor Conselheiro Antonio Sebastião de Castro Guedes, Comandante da Companhia de Guardas-Marinhas.

Infelizmente, o estandarte perder-se-ia quase que por completo em incêndio ocorrido em 18 de abril de 1916, sendo os seus restos recolhidos nos escombros da Sala do Conselho da Escola Naval. Os fragmentos chamuscados ficaram guardados no cofre da Secretaria da Escola Naval. Com a transferência da Escola para o Alfeite, não mais se teve notícia destes despojos, até que foram localizados em uma gaveta da Biblioteca da Marinha, em Lisboa. Era sina desta bandeira e até de seus restos envolverem-se em misteriosa situação.

Infelizmente, o incêndio também destruiu a quase totalidade dos arquivos da Escola Naval portuguesa, desaparecendo os diários da Companhia e do Corpo de Alunos. Com isso, não restaram registros quanto às honras em que figurava o estandarte no período monárquico (a República foi proclamada em 1910, após a deposição de D. Manuel II), salvo o de “só dever desenrolar estando presente Pessoa Real”.

Tal preceito constava do Regulamento da Companhia dos Guardas-Marinha de 1847, ao tratar das honras às majestades ou príncipes, no capítulo de honras e continências:



O primeiro Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinha, conforme esboço existente nos arquivos do Museu da Escola Naval do Alfeite, Portugal

Parágrafo 79

Quando suas Majestades e seu séquito passarem em frente da Companhia o porta bandeiras lhe inclinará a bandeira sem a abater.

Parágrafo 80

As honras ao Ministro Inspector da Escola Naval ou qualquer dos outros Ministros do Estado, ao Conselho Superior de Justiça Militar, Cardeal Patriarca, Embaixadores e Ministros Estrangeiros, são idênticas às do § anterior mas a bandeira não se inclina.

Esta disposição é confirmada em instruções presentes em um opúsculo relativo a honras e continências, publicado pela Escola Naval portuguesa no ano escolar de 1902-1903, em que o tópico nº 26 determina:

As bandeiras e guiões põem-se em adoração sempre que a tropa ajoelhe e ponha armas nessa posição; abatem-se depois de apresentadas na Continência feita a Suas Majestades, ao regente do Reino, e outros Soberanos reinantes ou Embaixadores extraordinários e ao Comandante em Chefe do Exército.

Exceptua-se a bandeira do Corpo de Alunos da Armada que nunca se abate (§ 79º do Regulamento da Companhia de Guardas-Marinhas) por ter Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino, põe-se contudo em adoração e

apresenta-se a tôdas as demais a quem as tropas apresentam armas.

Eis, pois, a curiosa história do Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinha. O estandarte que nunca se abateu!

EIS QUE O ESTANDARTE RESSURGE MAIS UMA VEZ

A pesquisa desenvolvida para a elaboração deste artigo^{VII} despertou, no Comando da Escola Naval, a aspiração de se reconstituir o estandarte original, bem como quaisquer outros que a Escola houvesse utilizado ao longo de sua existência. Recuperar os adotados em Villegagnon desde a instalação da Escola na Ilha, portanto a partir de 1938, foi relativamente simples^{VIII}. Quanto à primitiva bandeira, imaginou-se elaborá-la simbolicamente, a partir da descrição existente e de pesquisa em Portugal, em busca dos despojos que a literatura apontava terem sido guardados. Estávamos às voltas com esta concepção quando o Vice-Almirante (EN) Armando de Sena Bittencourt, diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, nos socorreu, colocando-nos em contato com o Capitão de Mar e Guerra Augusto António Alves Salgado, professor de História Naval e diretor da Biblioteca e do Museu da Escola Naval portuguesa, que



De 1936 a 1937 e de 1947 a 1953



De 1937 a 1947



De 1953 a 1974

Os Estandartes da Escola Naval ao longo da República

se dispôs a localizar o material de que necessitávamos nos acervos da instituição. Em correspondência trocada ao longo de 2012, enviou-nos fotos dos despojos e de um secular desenho do estandarte.

De posse das fotografias, foi possível avaliar a complexidade do tecido e com-

preender a técnica de confecção, com peças costuradas a mão, tal qual uma colcha de retalhos, o que explicava a largura irregular. Constatou-se que o fogo danificara sobremaneira o centro do estandarte, justamente onde se localizavam o escudo nacional e a imagem de Nossa Senhora, e que algum



A réplica do Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinhas, quando foi portado pela primeira vez



Os Estandartes históricos da Escola Naval



Fotografias de diversos fragmentos do Estandarte permitiram avaliar a complexidade do tecido e melhor compreender a técnica de confecção, em peças costuradas a mão. Constatou-se que algum saudosista removera a única das inscrições que se referenciavam à D. Maria I (MPR) que não fora consumida pelas chamas (a da direita)

saudosista recortara a única das inscrições que se referenciavam à D. Maria I (MPR) que não fora consumida pelas chamas. O desenho seria, portanto, extremamente útil para uma reconstituição.

Em função da complexidade de uma reprodução fidedigna, optou-se por uma versão estilizada, mais simples e adequada para a utilização em desfiles. Assim, por ocasião da Cerimônia de Passagem de

Comando, em 24 de abril de 2012, o Corpo de Aspirantes desfilou tendo à frente, pela primeira vez, os estandartes históricos, sendo que o vermelho, que se destacava entre os demais, não se abateu diante do palanque, pois “a bandeira do Corpo de Alunos da Armada... nunca se abate por ter Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino,...”, como rezava o Regulamento da Companhia de Guardas-Marinhas.

Os Guardas-Marinha^{IX}

A expressão guarda-marinha (GM) é de origem francesa. Na França, existiam, em diversos portos, companhias de guardas-marinha que formavam os futuros oficiais de Marinha. Ali, entre outras matérias, eles se dedicavam ao estudo da matemática, do desenho, da engenharia naval e da hidrografia e se adestravam como marinheiros e soldados, embarcando nos navios de guerra. Esse modelo foi seguido por vários países que criaram guardas-marinha, principalmente a partir do século XVIII.

Em Portugal, os oficiais da Armada, até o século XVIII, eram recrutados nos mais diferentes estratos sociais, o que tornava o quadro de oficiais bastante heterogêneo.

Tentando modificar essa situação, regularizando o recrutamento, o Marquês de Pombal criou, em 1761, a classe de Guardas-Marinha, em número de 24, com a graduação de alferes de infantaria. Seus integrantes deviam ser de origem nobre ou filhos de oficiais generais ou superiores. O novo sistema, no entanto, revelou-se de pouco aproveitamento, e o marquês extinguiu a classe em 1774, determinando que, em cada nau ou fragata, embarcassem seis rapazes de 12 a 16 anos, denominados “voluntários exercitantes”. Mas essa sistemática também não deu certo, em face do reduzido número de voluntários que merecia avaliação favorável de seus comandantes.

A formação científica, a partir de 1779, passou a ser realizada na Academia Real de Marinha, uma instituição de ensino superior criada naquele ano. A Academia Real de Marinha tinha como objetivo ministrar cursos destinados à formação dos oficiais e pilotos da Marinha Real e da Marinha Mercante, bem como à preparação científica para o acesso ao curso de engenharia militar. Funcionava no Colégio dos Nobres, o qual, mais tarde, daria origem à Escola Politécnica, depois Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Em 1782, foi criada a Companhia dos Guardas-Marinha, constituída por 48 GM, e com ela a sua Academia, ora denominada “Academia Real da Companhia dos Guardas Marinhas”, ora “Academia Real dos Guardas Marinhas”. O quartel da Companhia ficava na Sala do Risco, na “Casa das Formas” do Arsenal Real de Marinha, onde tinham instrução prática e militar.

Os cursos da Academia Real dos Guardas-Marinha e os da Academia Real de Marinha eram similares, e alguns dos lentes eram comuns às duas instituições. Os candidatos aprovados no exame de admissão eram alistados como aspirantes. No fim do primeiro ano, tornavam-se guardas-marinha; e no término do curso, segundo-tenentes. A denominação “Academia Real dos Guardas Marinhas” foi formalizada por Lei de 1º de abril de 1796, que aprovou os Estatutos da instituição.

Em 1832, em Portugal, aboliu-se a exigência de origem nobre para ingresso e, em 1937, os aspirantes portugueses passaram a ser denominados cadetes.

A Companhia dos Guardas-Marinha deu origem aos atuais Corpo de Alunos da Escola Naval portuguesa e Corpo de Aspirantes da Escola Naval brasileira.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<EDUCAÇÃO>; Escola Naval; Bandeira;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- I. Este artigo tem como principal fonte o texto compreendido entre as páginas 94 e 108 do livro referente à Escola Naval portuguesa: *Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval: 23-IV-1845 a 23-IV-1945*. [Lisboa]: 1946.487p.
- II. A cópia foi ofertada pela Escola Naval portuguesa à Escola Naval brasileira em 1982, por ocasião do bicentenário de criação da Academia Real dos Guardas-Marinhas.
- III. Sabe-se que o estandarte ficara em Portugal, segundo inventário de 8 de novembro de 1808, e que o mesmo fazia parte da listagem do material transportado pela Charrua *São João Magnânimo*. O material transportado por este navio já se encontrava no Rio de Janeiro em junho de 1810. (*Da Companhia de Guardas-Marinhas e sua Real Academia à Escola Naval: 1782-1982*. de Antonio Luiz Porto e Albuquerque. Xerox do Brasil, Escola Naval, 1982. Páginas 40, 41 e 148)
- IV. O damasco é um tecido lustroso, ornado em alto-relevo (ou seja, lavrado), confeccionado em seda, que, particularmente naquela época, alcançava elevado valor. É semelhante ao brocado, porém mais fino e reversível (sem avesso). O efeito de alto relevo é decorrente da diferença de brilho entre os fios do urdume (longitudinais) e da trama (transversais). Embora originário da Ásia, o tecido recebeu o nome da cidade de Damasco (Síria), um grande centro comercial têxtil no passado, de onde os comerciantes passaram a levá-lo para a Europa, a partir das Cruzadas, na Idade Média. Mais tarde, passou a ser fabricado na Europa, particularmente na Itália.
- V. *Memórias Militares*, de Couto Castelo Branco, editado em Amsterdã, em 1719, como indicado na principal fonte deste artigo.
- VI. D. Luís (1838-1889), mais tarde D. Luís I, Rei de Portugal (1861, até a sua morte).
- VII. A Revista está disponível em http://www.mar.mil.br/en/REVISTA_VILLEGAGNON_2011.pdf.
- VIII. Até o presente momento, não se localizou registro de estandartes adotados no período monárquico e nos primeiros anos da República.
- IX. Fontes deste segmento:
 - Da Academia dos Guardas-marinhas à Escola Naval do Alfeite*, de Henrique A. Fonseca, publicado na Revista da Armada, nº 46, julho de 1975. Portugal;
 - Da Companhia de Guardas-Marinhas e sua Real Academia à Escola Naval: 1782-1982*. de Antonio Luiz Porto e Albuquerque. Xerox do Brasil, Escola Naval, 1982.
 - Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinhas*, Ius Lusitaniae – Fontes Históricas de Direito Português. Disponível: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=110&id_obra=73&pagina=446. Acessado em 1/8/2011.